

CORRIDA ELEITORAL

Tebet deixa MDB e embarca no PSB

Ministra muda de partido após três décadas mirando uma vaga no Senado

» DANANDRA ROCHA

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, oficializou ontem sua filiação ao PSB, encerrando uma trajetória de quase 30 anos no MDB. A mudança de legenda ocorre em meio à decisão de disputar uma das duas vagas ao Senado por São Paulo nas eleições de 2026.

A entrada no PSB aproxima Tebet do núcleo político do governo federal e a coloca no mesmo partido do vice-presidente Geraldo Alckmin. Em nota, a sigla destacou a “responsabilidade histórica” da filiação e elogiou o perfil da ministra, ressaltando sua experiência institucional e capacidade de diálogo.

“Simone traz consigo uma combinação rara na vida pública brasileira: firmeza moral, experiência institucional, capacidade de dialogar com o Brasil real, coragem cívica e compromisso democrático. Advogada, professora, prefeita reeleita com 76% dos votos, vice-governadora, senadora, candidata à Presidência da República e ministra do Planejamento”, diz a nota.

A decisão marca uma inflexão relevante na trajetória política da ministra, que construiu sua carreira no MDB desde 1997. Pela legenda, foi prefeita de Três Lagoas (MS), vice-governadora, senadora e candidata à Presidência da República em 2022, quando terminou em terceiro lugar. Em suas redes sociais, Tebet agradeceu ao partido e afirmou que a nova etapa será dedicada ao mesmo compromisso com a vida pública.

“O MDB, casa que me abrigou e me permitiu servir ao Brasil por quase 30 anos, também serviu de moradia segura para os brasileiros democratas perseguidos durante a longa noite do arbítrio. É a essa tarefa, nesta nova casa, que continuarei a dedicar as minhas melhores energias”.

Filha do ex-senador Ramez Tebet, Simone construiu uma carreira marcada por protagonismo em espaços historicamente dominados por homens. Foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e teve atuação destacada em momentos-chave, como o impeachment de Dilma Rousseff e a CPI da Covid. A trajetória reforça o discurso adotado pelo PSB ao recebê-la, de que sua chegada agrega densidade política e experiência a um projeto que busca ampliar influência no Congresso.

A candidatura ao Senado já vinha sendo gestada nos bastidores. No último dia 12, durante evento em Campo Grande (MS), a ministra confirmou que pretende concorrer por São Paulo. Segundo ela, a decisão foi influenciada por conversas com o presidente Luiz

Diogo Zacarias



Tebet deixa o MDB para compor a chapa com Haddad pelo PSB. Ela deixará a Esplanda nos próximos dias

Pesquisa Datafolha para o Senado

COM HADDAD

Fernando Haddad (PT): 30%;
Simone Tebet (MDB): 25%;
Márcio França (PSB): 20%;
Marina Silva (Rede): 18%;
Guilherme Boulos (PSOL): 14%;
Guilherme Derrite (PP): 14%;
Ricardo Salles (Novo): 13%;
Paulinho da Força (Solidariedade): 10%;
Rosana Valle (PL): 7%;
Gil Diniz (PL): 3%.
Não sabe para a primeira vaga: 4%;
Não sabe para a segunda vaga: 6%;
Em branco/nulo/nenhum para a primeira vaga: 15%;
Em branco/nulo/nenhum para a segunda vaga: 21%

COM ALCKMIN

Geraldo Alckmin (PSB): 31%;
Simone Tebet (MDB): 25%;
Marina Silva (Rede): 21%;
Márcio França (PSB): 20%;
Guilherme Boulos (PSOL): 15%;
Guilherme Derrite (PP): 13%;
Ricardo Salles (Novo): 13%;
Paulinho da Força (Solidariedade): 9%;
Rosana Valle (PL): 6%;
Gil Diniz (PL): 3%.
Não sabe para a primeira vaga: 4%;
Não sabe para a segunda vaga: 6%;
Em branco/nulo/nenhum para a primeira vaga: 14%;
Em branco/nulo/nenhum para a segunda vaga: 20%

Fonte: Pesquisa Datafolha (3 a 5 de março de 2026)

Inácio Lula da Silva e com Alckmin, além de um processo de reflexão pessoal.

“Política é missão”, afirmou Tebet ao justificar a entrada na disputa. A ministra também destacou a relação com o eleitorado paulista, lembrando que foi no estado onde obteve seu melhor desempenho na eleição presidencial de 2022, concentrando mais de um terço de seus votos.

A decisão de disputar o Senado também passou por um processo pessoal, segundo relatou a própria ministra. Tebet contou que, antes de confirmar a candidatura, buscou o aval da

família, especialmente da mãe, com quem desejava estar mais próxima após anos de vida pública intensa. A escolha, segundo ela, foi tomada após ponderar o “chamado” político e o papel que poderia desempenhar no cenário nacional. O gesto evidencia o peso simbólico atribuído à candidatura, tratada por aliados como uma missão estratégica em um momento de reorganização das forças políticas no país.

Nos bastidores, a expectativa é de que a movimentação integre uma estratégia mais ampla do campo governista em São Paulo. Há projeções de que Tebet componha

a chapa encabeçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em uma aliança que incluiria ainda a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, como outra candidata ao Senado.

A mudança de partido também resolve um impasse regional. Embora o MDB integre a base do governo federal, em São Paulo a legenda é comandada por setores alinhados à oposição, como o prefeito da capital, Ricardo Nunes. O cenário dificultava a viabilidade de uma candidatura de Tebet pela sigla no estado.

Levantamento do Datafolha, realizado entre 3 e 5 de março com 1.608 entrevistados em 71 municípios paulistas, indica um cenário competitivo para a disputa. Em um dos cenários testados, Haddad lidera com 30% das intenções de voto, seguido por Tebet, com 25%, e por Márcio França, com 20%. Marina Silva aparece com 18%.

Outros nomes também figuram na pesquisa, como Guilherme Boulos (14%) e Guilherme Derrite (14%), esse último apontado como o candidato mais competitivo do campo da direita até o momento.

Na eleição de 2026, os eleitores escolherão dois senadores por estado, já que dois terços das cadeiras estarão em disputa. O desenho atual indica vantagem para nomes ligados ao governo federal, embora o quadro ainda esteja em formação.

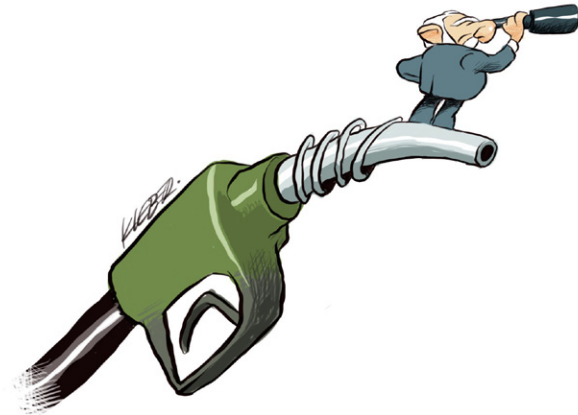
A ministra ainda não definiu a data exata de saída do cargo, mas a expectativa é de que a desincompatibilização ocorra até o fim de março, dentro do prazo exigido pela legislação eleitoral.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Tão longe, tão perto: a guerra do Irã pode decidir as eleições no Brasil

Neste ano eleitoral, há três fatores imponderáveis para os humores da sociedade: o desfecho do escândalo do Banco Master, em relação à credibilidade das instituições; a prisão em regime fechado do ex-presidente Jair Bolsonaro, com suas recorrentes interações por problemas de saúde; e a guerra do Irã, com forte impacto no preço dos combustíveis e, consequentemente, na inflação. O primeiro favorece uma candidatura outsider, o segundo a do senador Flávio Bolsonaro e, o terceiro, qualquer um dos dois ou um candidato de “terceira via”. Ou seja, para se reeleger, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa ser esperto, o tempo fechou.

Desses fatores, a guerra do Irã é aquela que está completamente fora do alcance da política brasileira. Embora traga a política externa para o debate interno, devido às relações do governo brasileiro com o regime dos aiatolás, o contencioso com Israel e as fricções entre Lula e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é uma “externalidade negativa” que precisa ser mitigada.

Entretanto, o Itamaraty não pode influenciar o destino da guerra e seu impacto na economia depende de sua duração. Hoje, é o fator mais crítico para a economia global, sobretudo devidos à escala dos danos permanentes causados à infraestrutura da região. Historicamente, o preço do petróleo acompanha as crises do Oriente Médio.

A Guerra do Yom Kippur (1973), que durou três semanas, foi a causa do primeiro “choque de petróleo”. Em retaliação ao apoio a Israel, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), fundada em 1960, um cartel inicialmente formado por Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela, quadruplicou o preço do petróleo, que saltou de 3 para 12 dólares o barril. Aqui no Brasil, isso provocou o fim do “milagre econômico” no governo Geisel e a derrota eleitoral dos militares em 1974.

Outras guerras causaram elevação do preço do petróleo e grande instabilidade nos mercados. A Guerra Irã-Iraque (1980-1988), durou oito anos e foi responsável pelo Segundo Choque do Petróleo, em 1982, e a Crise da Dívida dos países em desenvolvimento. A alta nos preços do combustível e a elevação dos juros americanos foram o estopim da hiperinflação no Brasil, só superada com o Plano Real, em 1994.

Em 1991, a Guerra do Golfo (invasão do Kuwait pelo Iraque) durou sete meses e provocou forte alta do petróleo, somente contida pela intervenção dos Estados Unidos e o uso de reservas estratégicas de combustível. Nova crise no mercado se deu com a Guerra do Iraque, em 2003, com a invasão do país pelos Estados Unidos, sob o falso pretexto de que Saddam Hussein estaria produzindo armas químicas de extermínio em massa. Seis semanas de ocupação não confirmaram a acusação e desestabilizaram o país até hoje. Na época, os preços chegaram a 40 dólares o barril de petróleo.

Nacionalismo

Nessa guerra do Irã, ataques a refinarias no Kuwait e Arábia Saudita fizeram o petróleo Brent disparar mais de 6% em um único dia. Dependendo da escala, o barril pode atingir os US\$ 200. Depois de realizar cerca de oito mil voos sobre o território iraniano, atingir cerca de 7 mil a 7,8 mil alvos no país e matar o líder supremo da República Islâmica, Ali Khamenei, e parcela considerável da cúpula do regime, os Estados Unidos ainda parecem longe de atingir os objetivos anunciados no início das hostilidades.

A guerra provoca a maior disrupção de oferta de petróleo da história, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), com a cotação do barril atingindo quase US\$ 120 esta semana, além de causar pressão inflacionária global e abalo de cadeias produtivas. O preço do petróleo na sexta-feira estava a US\$ 113,10 (R\$ 590,04), alta de 4,05% na comparação com o dia anterior.

O mercado trabalha com três cenários: choque temporário, barril a US\$ 73,1, com menor impacto na inflação; choque persistente, com preço médio do barril em US\$ 82; e choque disruptivo: preço médio do barril acima de US\$ 100, com aumento significativo da inflação global e do valor dos combustíveis.

Iniciada em 28 de fevereiro, a Operação Fúria Épica parece distante de um fim próximo, embora tenha sido concebida para durar poucos dias. O nó górdio da guerra é o bloqueio do Golfo de Ormuz, controlado pelo Irã, por onde circulam 20% da produção mundial, e a estratégia de escalada e guerra assimétrica agora adotada pelo regime dos aiatolás.

No Brasil, o presidente Lula zerou o PIS/Cofins sobre combustíveis e pressiona governadores pela redução do ICMS, mas os efeitos ainda não chegaram às bombas. A crise reacendeu o debate entre privatização e estatização, considerado superado pelo mercado. Em visita à Refinaria Gabriel Passos (Regap), entre Betim e Ibirité (MG), em Minas, Lula disse que “a Petrobras voltou a ser a empresa mais rentável do país”, e anunciou a recompra da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia.

Lula criticou também a privatização da BR Distribuidora (atual Vibra Energia), com o argumento de que sua venda reduziu a capacidade de regulação de preços. Ao que tudo indica, pretende politizar a crise e resgatar uma velha bandeira de defesa da Petrobras: “o petróleo é nosso”. Em 2006, deu certo contra o então candidato tucano Geraldo Alckmin, hoje no PSB e seu vice-presidente.

Flávio no Nordeste

Em um evento político marcado por discursos duros e apelos eleitorais, o pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) anunciou, ontem, em Natal, a pré-candidatura de Álvaro Dias ao governo do Rio Grande do Norte. A escolha ocorre após uma reconfiguração interna na sigla, que abriu espaço para o ex-prefeito da capital potiguar assumir a disputa estadual. O anúncio foi feito durante o ato de filiação de Dias no PL, que reuniu lideranças nacionais e regionais no Boulevard Music Hall. Entre os presentes estavam o senador Rogério Marinho (PL-RN), que desistiu de concorrer ao governo para coordenar a campanha presidencial de Flávio, além do presidente nacional da legenda, Valdemar Costa Neto, e o senador Efraim Filho (União-PB).

reprodução/ redes sociais

